

Desigualdade social e acesso à universidade — dilemas e tendências *

Cláudio de Moura Castro

Sérgio Costa Ribeiro

1. Introdução; 2. A base factual; 3. A erosão da aptidão acadêmica? 4. As condicionantes sociais do êxito no vestibular; 5. A democratização do acesso: o aumento da participação dos níveis mais baixos na universidade? 6. As novas barreiras: a seletividade crescente dentro da universidade; 7. Vestibular: dos bancos escolares ao banco dos réus?

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais a educação se torna o critério de seleção nas sociedades. Ao que parece, os talentos individuais acabam por revelar a sua importância ao longo da carreira ocupacional. Contudo, no princípio da carreira as ocupações são em grande parte determinadas pelo montante de escolarização recebido pela pessoa. A educação não é suficiente para alcançar as posições mais cobiçadas; mas é necessária para chegar aos pontos de partida que, com exclusividade, conduzem a essas posições.

Desta forma, é bastante compreensível a preocupação individual e pública com as questões de quem recebe quanto de escolaridade. Não é portanto surpresa encontrar uma grande polarização de atenção nos mecanismos de entrada à universidade. Neste trabalho, tentamos examinar um pequeno segmento desse problema maior: ao longo do tempo, como tem variado a participação dos níveis socioeconômicos mais baixos na universidade? Além disso, como evolui a aptidão acadêmica dos calouros?

São razoavelmente conhecidos os dados acerca da presença de diferentes níveis sociais na universidade. Contudo, não tem sido examinada a evolução desta tendência ao longo do tempo. Entre a retórica oficial acerca

* Uma versão anterior e substancialmente diferente desse trabalho foi apresentada na XXVII Reunião do Conselho dos Reitores sob o título *Mudanças na clientela da Universidade*, em julho de 1978.

dos esforços para realizar tal democratização do ensino e a exacerbada crítica de alguns, fica faltando o trabalho modesto de contar cabeças e dizer o que de fato está acontecendo.

2. A BASE FACTUAL

Uma das razões que explica a falta de análise da evolução histórica da matrícula universitária por nível social é a dificuldade de obtenção de dados comparáveis em diferentes instantes de tempo. Da continuidade da presença do Cesgranrio nos vestibulares do Rio de Janeiro e da existência de questionários bastante completos preenchidos pelos candidatos é possível derivar algumas análises interessantes.

Não obstante, a interpretação dos dados exige cuidados e cautelas. Algumas dificuldades resultam de características dos próprios dados e outras são problemas inerentes a comparações intertemporais.

Obviamente, os dados do Cesgranrio se referem ao Rio de Janeiro, não sendo necessariamente generalizáveis para o país. Contudo, dada a semelhança dos sistemas de vestibular e das estruturas escolares, não deixam de ser sugestivos para o resto do país.¹

Dispomos essencialmente de três indicadores de nível socioeconômico da família: a renda familiar declarada pelo candidato, o nível de escolaridade e a ocupação de seu pai. A literatura técnica é pródiga em discussões a respeito dos problemas de interpretação desses dados, de forma que não faremos senão breve menção a alguns pontos mais centrais.

À primeira vista, o dado mais atraente é a renda familiar. Trata-se de uma informação de fácil interpretação intuitiva e de uma medida cardinal utilizável de imediato. Não obstante, as dificuldades existentes podem ser de tal ordem que invalidem uma interpretação *prima facie* desses dados. Observam-se dois ângulos do problema. Em primeiro lugar, o respondente tende a desconhecer a sua renda familiar ou a falsear a informação.² As análises que podemos fazer dependem da hipótese — não

¹ É pertinente notar que as estatísticas educacionais do Estado do Rio de Janeiro estão bastante próximas das médias nacionais. Veja, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD e o Censo Demográfico de 1970.

² Um exame dos questionários socioeconômicos sugere imediatamente a inconsistência entre os níveis de renda por ele declarados e seus padrões de consumo (automóvel, empregada etc).

testada — de que o viés é constante dentro de cada faixa de renda, isto é, de que todos subestimam sua renda de forma proporcional. Outro problema resulta da necessidade de introduzir correções para o efeito da inflação, com todas as dificuldades teóricas e estatísticas que daí advêm. Apesar dessas limitações, é possível chegar a algumas conclusões especulativas que merecem ser consideradas com atenção, já que os outros indicadores não estão disponíveis para toda a série histórica.

A educação do pai ou da mãe é em geral usada como critério de medida de estratificação social. Os dados a esse respeito, facilmente disponíveis, tendem a ser respondidos com um grau aceitável de confiança e as escalas usadas não costumam variar com o tempo. Não obstante, as comparações temporais têm que ser interpretadas com cautela, em vista do aumento constante nos níveis médios de escolarização da sociedade. No Brasil, por exemplo, no intervalo de uma geração, as médias de escolaridade aumentam com frequência em mais de cinco anos. Assim, simplesmente por ser mais jovem, o pai de um aluno que fez vestibular no ano passado tende a ter vários anos a mais de escolaridade do que o pai do candidato de há uma década.

Por fim, temos os dados de ocupação. Sem a menor dúvida, estes constituem o melhor indicador de estratificação social. As ocupações têm níveis de prestígio que se mantêm surpreendentemente constantes entre países e entre diferentes períodos de tempo. Ademais, as modificações estruturais na composição das ocupações em uma sociedade são muito lentas. Em uma década, por exemplo, não há mudanças de ordem a afetar a fidedignidade das escalas de prestígio ocupacional. No questionário do Cesgranrio, entretanto, a informação ocupacional foi alterada em 1975, criando-se uma certa dificuldade em analisar estes dados dentro de uma série histórica.

3. A EROÇÃO DA APTIDÃO ACADÊMICA?

Como se compararia os alunos que hoje entraram na universidade com o grupo dos que entraram há alguns anos? O juízo fácil de que a universidade “já não é mais a mesma” encontra respaldo na observação empírica?

Antes de entrar nesta questão cabem algumas advertências. Atrás dessa pergunta aparentemente simples estão controvérsias teóricas, mitos e juízos de valor, combinados de forma às vezes promíscua.

Uma queda nos padrões de desempenho inicial em um certo nível de ensino pode revelar queda na aptidão acadêmica do nível anterior ou, simplesmente, que o processo de recrutar desse nível mudou. Para ilustrar, podemos supor que o vestibular seja capaz de selecionar os academicamente mais aptos — em certos casos essa não é uma proposição absurda. Supondo constante a distribuição de aptidões acadêmicas ao fim do segundo grau, se a metade superior da turma for selecionada teremos um certo escore médio. Se aumenta a proporção selecionada — a matrícula na universidade crescendo mais rápido que a diplomação no secundário — passarão a ser incluídos indivíduos cuja pontuação é inferior à dos demais em provas onde o nível de complexidade das questões seja mantido constante. Quando somados à distribuição, reduzirão o valor médio; em outras palavras, quando a uma mesma distribuição adicionamos valores mais baixos, a sua média cairá.

Se isso de fato acontecer, não é necessário uma deterioração do secundário para que caia o desempenho no vestibular. Na presença de transformações desse tipo, influências sobre excelência acadêmica do secundário não podem ser simplistas. Ademais, não podemos confundir a relativa estabilidade dos traços cognitivos nas idades próximas ao vestibular com a sua grande plasticidade nos anos iniciais da escolaridade — e sobretudo antes da idade escolar.

Os dados indicam uma situação não muito simples. Pela tabela 1 vemos uma evolução das graduações do segundo grau mais rápida do que o crescimento das vagas do Cesgranrio no período de 1974 a 1979. Nesse

Tabela 1

Conclusão do secundário no Rio de Janeiro e
vagas no sistema Cesgranrio

Ano	Vaga	Conclusão	% de aproveitamento
1973	18.894	43.400	44
1974	18.963	53.000	36
1975	22.658	57.500	39
1976	21.573	64.800	33
1977	22.438	73.000	31
1978	23.518	85.000	28
1979	23.528	124.200	19

Fonte: Cesgranrio.

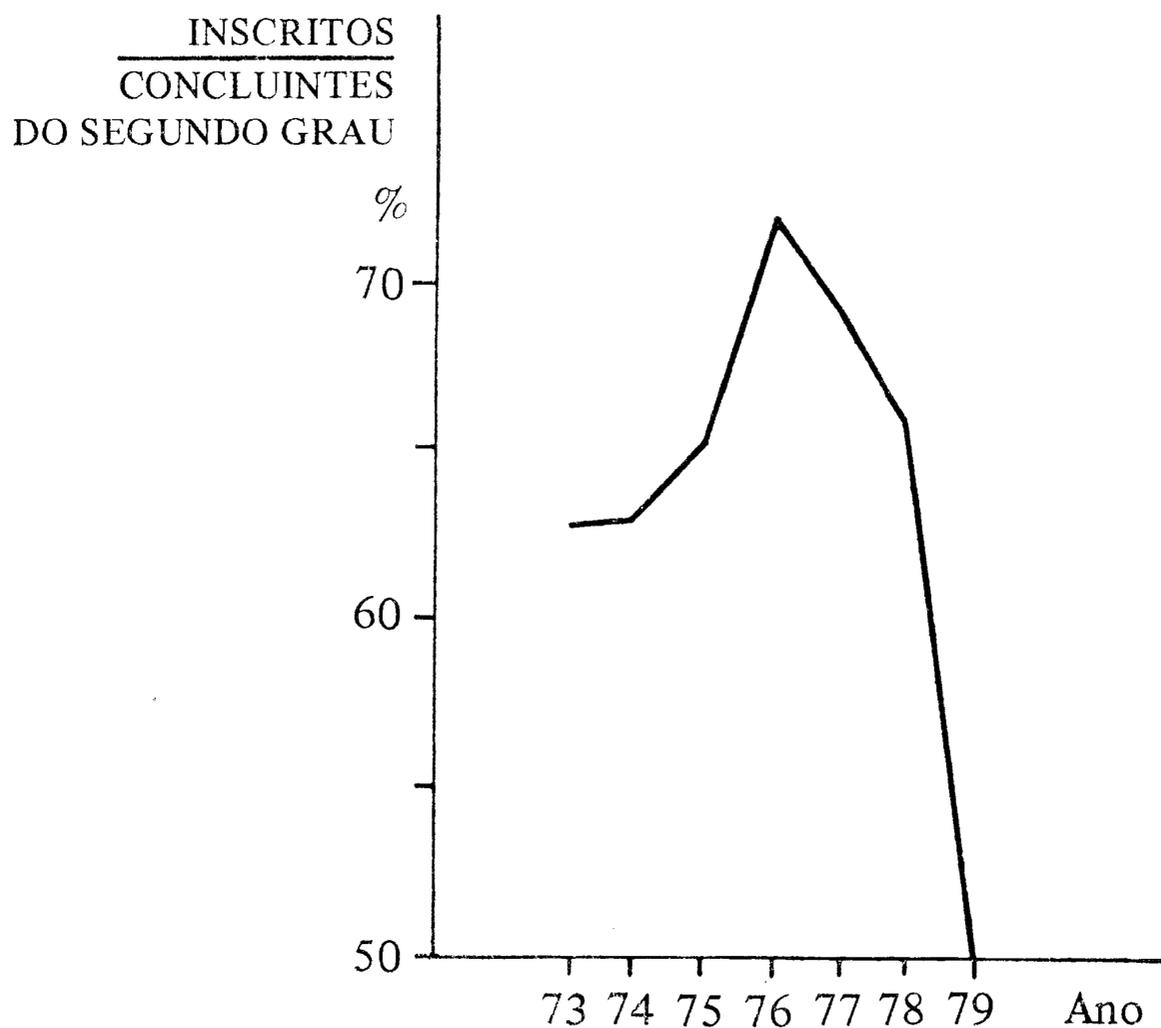
sentido, há uma menor absorção relativa da graduação pelo Cesgranrio. A base potencial de recrutamento expande-se, portanto.

Todavia, não nos esqueçamos de que foi no período imediatamente anterior — princípio da década de 1970 — que mais rapidamente se expandiram as vagas nas instituições hoje participantes do Cesgranrio.³ Nesse sentido, o crescimento mais rápido do secundário é uma volta do pêndulo.

Mas mesmo no período presente a situação é nebulosa, pois a figura 1 indica que a relação entre o número de novos candidatos (isto é, dos que fazem vestibular pela primeira vez) e o número de concluintes do segundo grau flutua bastante. Até 1976, a popularidade da universidade se manteve entre os secundaristas. Daí por diante, caiu vertiginosamente, e a universidade passa a recrutar de uma base que se torna relativamente menor.

Figura 1

Evolução dos candidatos que se inscreveram pela primeira vez no Vestibular e concluintes do segundo grau



³ Infelizmente, os dados para um tratamento correto desse período não estão disponíveis.

Para complicar ainda mais, lembremo-nos que os números mencionados só incluem vagas no Cesgranrio. Sabemos que hoje, na área do Rio de Janeiro, há tantas vagas fora quanto dentro do sistema. Não podemos dizer em definitivo até que ponto os outros programas estão subtraindo ao Cesgranrio indivíduos de elevada aptidão.

Em suma, não há evidências para concluirmos que a base de recrutamento esteja sendo exaurida, isto é, que estejamos “raspando o fundo do tacho”. Tampouco se pode dizer que há muito mais de onde selecionar.

O exame vestibular é preparado com a noção de que seu nível de exigência ou de dificuldade intrínseca não deve variar. Entretanto, essa preocupação não se materializa necessariamente em um nível constante de exigência, devido justamente aos problemas de se medir esse padrão.

Podemos comparar a dificuldade de dois testes aplicados a um mesmo grupo, mas nada podemos dizer quando mudam o teste e o grupo.

Resultados mais confiáveis são obtidos quando tomamos um pequeno subconjunto de questões versando sobre o mesmo assunto e que, na verdade, não passam da mesma pergunta reconstruída de forma diversa.

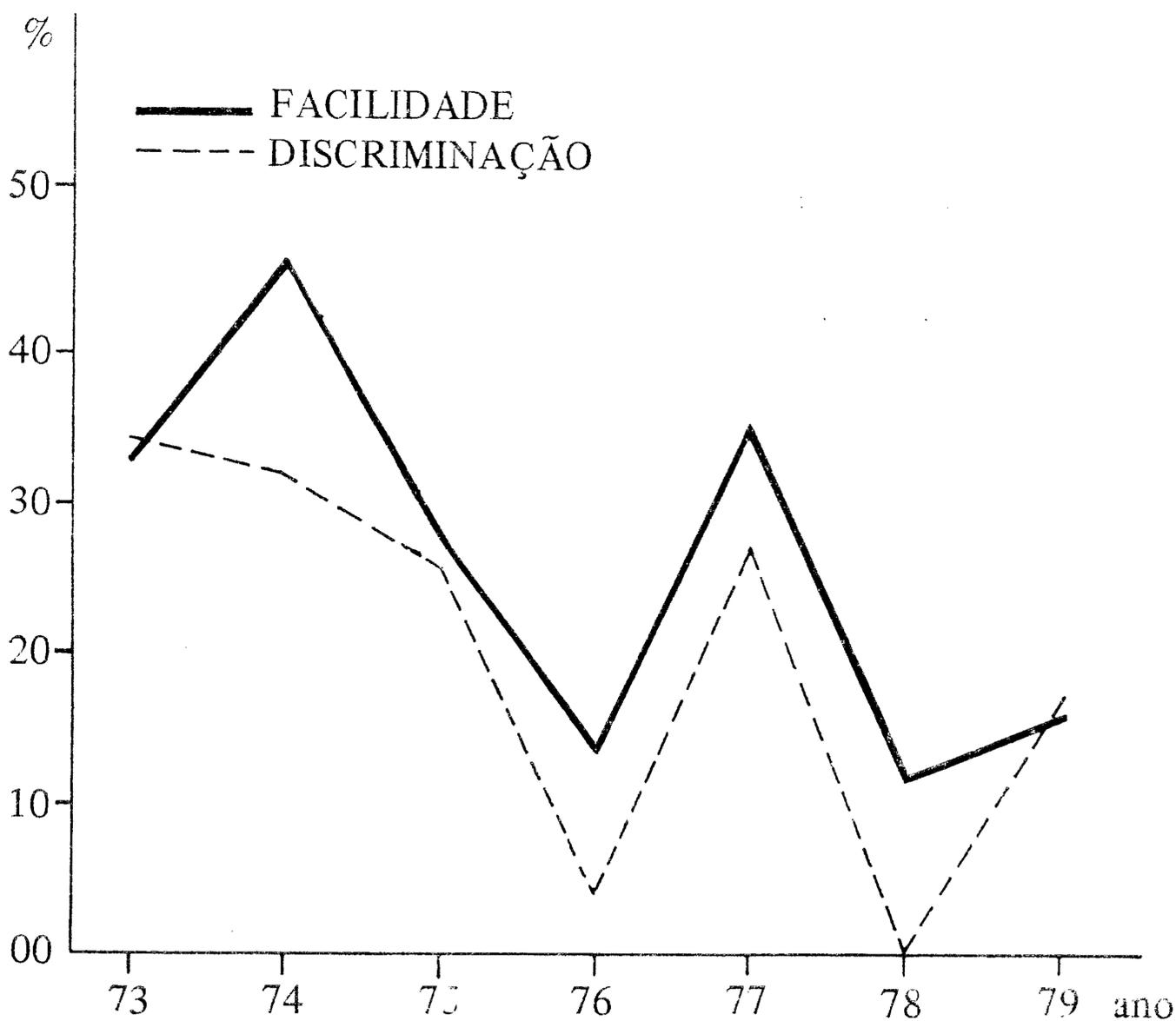
A figura 2 mostra os índices de discriminação e de facilidade para as sete questões sobre a direção da força no movimento circular uniforme (física). Essas questões foram construídas tentando-se repetir o mesmo nível de complexidade e a mesma forma (pictórica). Apesar da flutuação devido à peculiaridade de cada questão, nota-se um declínio significativo de desempenho.

É de se notar que esse resultado se refere à física apenas. As pessoas experimentadas na redação de questões do vestibular parece haver um divisor de águas entre as ciências e a matemática, onde a deterioração é perceptível, e as humanidades, onde a observação sugere a estabilidade do desempenho.

Uma explicação proposta para essa divergência seria a inelasticidade da oferta de bons professores nas áreas de ciências e de matemática. Além do aumento de matrícula secundária, os programas mais ambiciosos a nível universitário e mesmo de pós-graduação teriam subtraído do secundário os melhores talentos. Ao mesmo tempo, a oferta de professores em outras áreas teria acompanhado a expansão do secundário, não gerando os mesmos pontos de estrangulamento.

Figura 2

Desempenho dos candidatos inscritos — Física
Tópico: movimento circular uniforme



Fonte: Cesgranrio

Parece persuasiva, todavia, a hipótese de que estão caindo os níveis de aptidões acadêmicas dos candidatos nas áreas científicas. A universidade recebe hoje alunos de nível inferior, em média, aos que recebia antes.

É crítico discutir o que quer dizer candidatos “em média inferiores”. São todos um pouco mais fracos? Ou a queda se deu pela expansão da cauda inferior da distribuição?

Não há informação disponível que permita responder a esta indagação. Contudo, a observação pessoal de professores parece indicar que os melhores alunos de hoje são até melhores que os de outros tempos, sugerindo que a segunda alternativa parece ser a verdadeira. Como corolário, os mais fracos de agora devem ser ainda mais fracos do que os de antes. Em outras palavras, aumenta a variância da distribuição.

4. AS CONDICIONANTES SOCIAIS DO ÊXITO NO VESTIBULAR

Em qualquer país, em qualquer regime político e em qualquer nível educacional as probabilidades de êxito na escola estão condicionadas à origem social dos alunos. Um bom número de estudos revela que os indicadores de origem socioeconômica são as variáveis de maior valor preditivo do desempenho escolar.⁴

O vestibular não é exceção. A tabela 2 mostra-nos que não só a presença dos vestibulandos é proporcionalmente menor quanto mais baixo o nível social, como também são menores as suas chances de aprovação nos exames.

Na verdade, esses dois resultados são consequência da mesma causa. Por diferenças na qualidade dos sistemas de ensino a que têm acesso e por diferenças talvez ainda mais profundas na sua educabilidade,⁵ os níveis sociais mais baixos apresentam um desempenho escolar médio marcadamente inferior. Isto repercute de modo direto nos escores do vestibular e indiretamente na sua menor participação como candidatos, já que o resultado acadêmico deficiente é um dos antecedentes mais críticos da evasão.

O perfil do candidato ao vestibular não deve ser perdido de vista ao discutirmos as questões de equidade subjacentes ao acesso à universidade. O seu papel de reparar ou agravar injustiças sociais praticamente não atinge os níveis sociais que na sociedade brasileira são de fato carentes. Esses, quase não terminam o secundário e, portanto, não são afetados por uma abertura ou um fechamento da universidade. A proporção de alunos cujos pais são operários atinge apenas 6% em 1979. No vestibular, confrontam-se classes médias e altas. As questões maiores de equidade têm a ver com a distribuição de oportunidades entre a classe alta e uma classe média que é cada vez mais numerosa.

Não obstante, é de suma importância indagar acerca da tendência histórica da composição dessa clientela. Admitindo ser limitada a participação

⁴ Para revisão da literatura, veja Simmon, J. *How effective is schooling in promoting learning*. Washington, IBRO, 1975; Castro, Cláudio M. & Sanguinety, J. *Custos e determinantes da escolaridade na América Latina*. Rio de Janeiro, ABT, 1978.

⁵ Não é esse o local para desenvolver tais questões. Cabe contudo notar, por exemplo, que o mundo da escola é muito pouco congruente com o mundo dos alunos de classe baixa, seja em termos de seus códigos lingüísticos, de seus valores ou mesmo da disponibilidade de condições materiais básicas para a vida escolar.

dos níveis mais baixos da sociedade, cabe, então, pesquisar se esta situação se está modificando. Em um país de tão poucas tradições em educação, em geral encontramos mais alento nas tendências do que nos valores absolutos.

Tabela 2
Nível ocupacional do pai do candidato

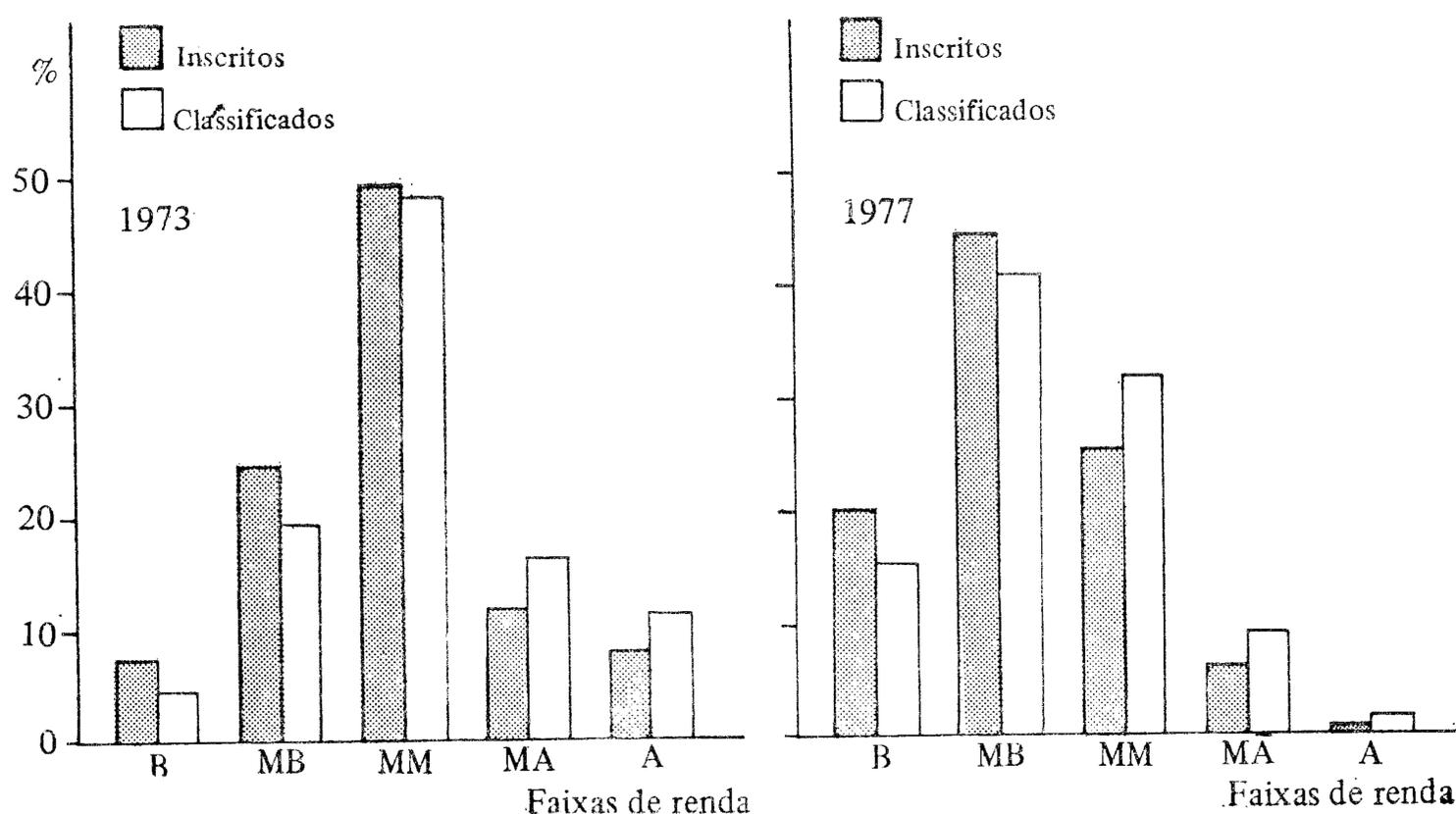
Alter-nativa	INSCRITOS		CLASSIFICADOS		
	Nº de respostas	Perfil dos inscritos (%)	Nº de classificados	Perfil dos classificados (%)	% da classificação
1	2.854	2,3	448	2,0	15,7
2	12.204	10,2	1.989	9,2	16,3
3	17.640	14,7	4.988	23,3	28,2
4	19.633	16,4	3.653	17,0	18,6
5	5.578	4,6	1.272	5,9	22,8
6	4.238	3,5	670	3,1	15,8
7	13.782	11,5	2.480	11,5	17,9
8	12.333	10,3	2.005	9,3	16,2
9	12.138	10,1	1.276	5,9	10,5
10	19.129	16,0	2.625	12,2	13,7

1. Grande banqueiro, fazendeiro, industrial ou comerciante, incorporador de imóveis, grande acionista de uma grande empresa (mais de 100 empregados)
2. Médio fazendeiro, industrial ou comerciante.
3. Profissional liberal (médico, engenheiro, advogado, professor universitário, jornalista, economista etc.), alto funcionário público ou de banco (diplomata, diretor de banco não-acionista, desembargador, juiz etc.), alto funcionário de empresa privada (superintendente, diretor etc.)
4. Médio funcionário público ou privado (gerente, chefe de seção etc.)
5. Militar oficial.
6. Militar não-oficial
7. Pequeno proprietário (dono de bar, quitanda, açougue, padaria, oficina mecânica, banca de jornal, chofer dono de táxi, representante, vendedor ou corretor por conta própria etc.)
8. Bancário, pequeno funcionário público, escriturário, balconista, chofer de táxi (quando não é proprietário do veículo) etc.
9. Operário (isto é, trabalha em fábrica, diretamente com a máquina), servente, pedreiro, agricultor (isto é, trabalha em uma terra que não é sua) etc.
10. Outros.

Fonte: Dados socioculturais dos candidatos ao vestibular de 1979. Fundação Cesgranrio, 1979.

Figura 3

Perfis de renda para a totalidade dos candidatos inscritos e classificados por faixa de renda familiar nos anos de 1973 e 1977



Fonte: Cesgranrio

B — baixa; MB — média baixa; MM — média média; MA — média alta; A — alta.

Nota: Os critérios de determinação das faixas estão definidos na referência.

5. A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS NÍVEIS MAIS BAIXOS NA UNIVERSIDADE?

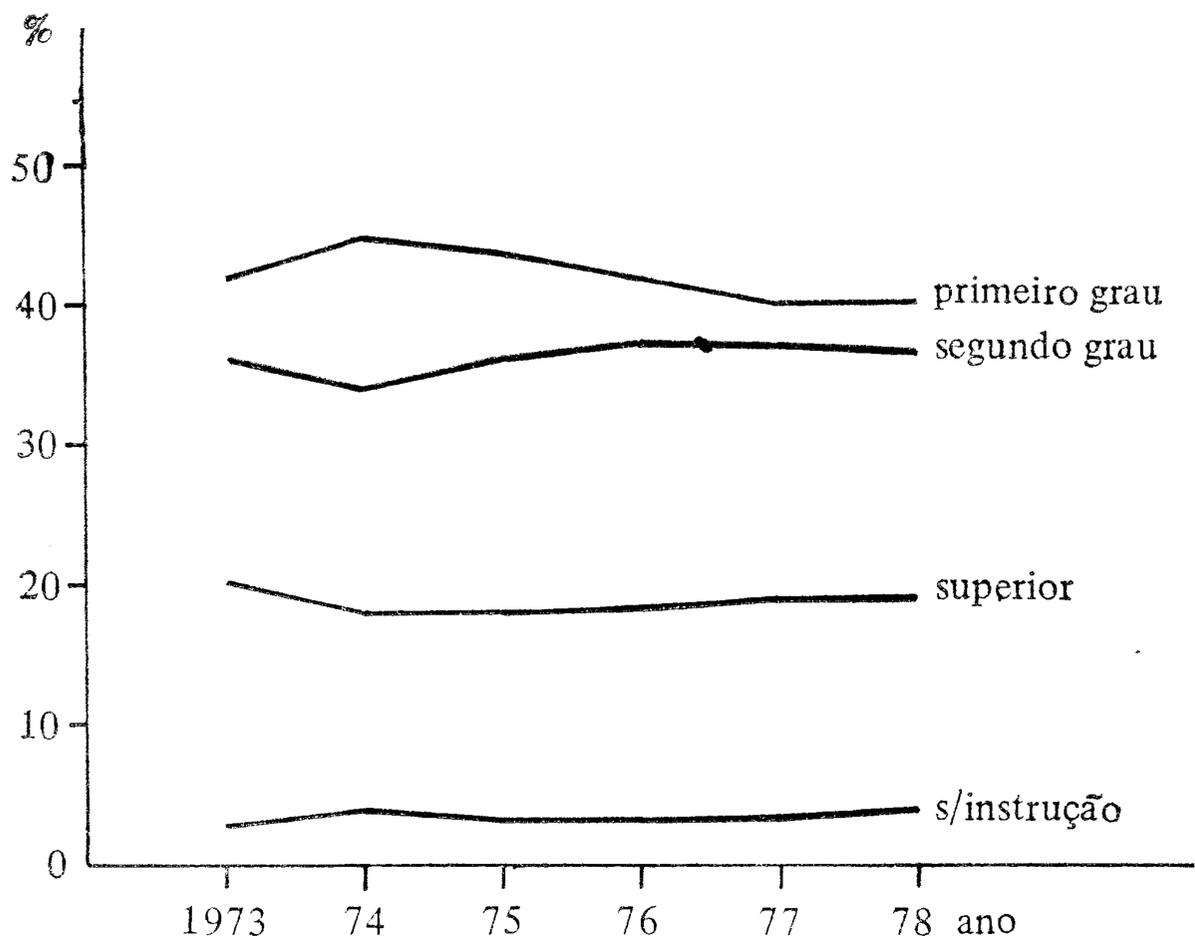
O exame dos dados de renda deixa-nos uma impressão razoavelmente nítida. Parece haver um progressivo aumento na participação dos níveis socioeconômicos baixos na universidade, tal como pode ser visto na figura 3, onde são apresentados os perfis de inscritos e classificados para os anos de 1973 e 1977.⁶ Observa-se que houve uma substancial evolução neste período, no sentido do aumento dos percentuais das classes de baixa renda e do conseqüente declínio dos percentuais das classes de renda mais alta.

Não devemos, porém, depositar demasiada fé nesses dados, sobretudo devido aos problemas de correção da inflação. Este tipo de comparação é extremamente sensível a erros no deflator.

⁶ Lewin, Helena. *Diversificação da demanda ao ensino superior: comportamento feminino diante da carreira universitária*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, 1977. mimeogr.

Figura 4

Nível de instrução do pai



Fonte: Cesgranrio

Podemos confrontar esses resultados com as variações observadas no perfil educacional dos pais dos aprovados. Como indica a figura 4, há forte estabilidade no perfil educacional dos pais entre 1973 e 1978. Dado o aumento secular no nível de escolaridade da população — que certamente atinge os pais dos candidatos — esta estabilidade dos números pode estar indicando uma leve abertura no acesso à universidade. Trata-se, contudo, de uma modificação bastante modesta, apenas uma sugestão.

Mudanças na definição de ocupação no instrumento a partir de 1975 impedem que sejam possíveis comparações com períodos anteriores. Desde 1975 até 1979, todavia, como indicam os dados da tabela 3, não há qualquer indicação de que a classe baixa esteja aumentando a sua participação. De resto, os dados são particularmente estáveis de ano a ano, sugerindo não apenas a consistência interna da informação mas também a constância na base do recrutamento da universidade.

Em suma, parecem-nos mais persuasivos os resultados sugeridos pela instrução e ocupação dos pais do que aqueles que nos são dados pela renda. À guisa de conclusão, diríamos não haver evidência de que a universidade se abra para grupos sociais de origem mais modesta no período considerado.

Na verdade, pesquisas conduzidas em 1968 sugerem que a clientela da universidade não mudou muito desde então. Encontramos nas categorias de ocupações manuais qualificadas e não-qualificadas uma proporção de 9,6% dos pais de alunos universitários do Rio de Janeiro. ⁷

Tabela 3

Nível ocupacional do pai dos candidatos
Evolução temporal entre 1975 e 1979

INSCRITOS

Resposta	Ano				
	75	76	77	78	79
1	2,1	1,8	2,2	2,2	2,3
2	10,5	11,1	9,3	9,5	10,2
3	13,6	12,8	13,5	13,7	14,7
4	16,1	16,7	14,9	14,1	16,4
5	5,3	4,8	4,9	4,7	4,6
6	2,5	2,7	2,8	3,0	3,5
7	7,5	11,5	11,7	11,8	11,5
8	11,5	10,6	10,8	10,5	10,3
9	10,0	10,2	9,7	9,7	10,1
10	16,9	14,5	16,3	16,4	16,0

CLASSIFICADOS

Resposta	Ano				
	75	76	77	78	79
1	2,1	1,7	1,9	2,0	2,0
2	10,8	11,1	9,1	9,0	9,2
3	20,0	20,4	21,0	21,4	23,3
4	17,9	18,0	15,8	15,2	17,0
5	6,2	5,7	6,2	6,1	5,9
6	2,2	2,4	2,4	2,6	3,1
7	7,1	11,5	11,4	11,2	11,5
8	11,2	10,3	9,7	10,0	9,3
9	7,5	6,7	6,3	6,7	5,9
10	15,0	12,2	13,9	13,3	12,2

Fonte: Cesgranrio.

Nota: O código referente ao nível ocupacional é o mesmo da tabela 2.

⁷ Castro, Célia L.M. *Caracterização socioeconômica do estudante universitário*. Rio de Janeiro, INEP/MEC, 1968.

6. AS NOVAS BARREIRAS: A SELETIVIDADE CRESCENTE DENTRO DA UNIVERSIDADE

A vitória no vestibular revela menos do que pode parecer. Aos graduados de diferentes cursos correspondem prestígio e riqueza distintos. De modo geral, a competição para cada curso — revelando-se no número de pontos necessários para situar-se acima dos concorrentes — é maior quanto mais satisfatório o mercado de trabalho esperado na área. Devemos, portanto, examinar algumas mudanças internas na base de recrutamento da universidade.

Há vários indícios de que a distribuição dos alunos dentro dos cursos de nível superior adquire um perfil distinto. Arriscando-nos, talvez, a uma generalização excessiva, diríamos que se reduz a variância dentro de cada grupo e aumenta a variância entre os grupos.

Este fenômeno pode ser evidenciado ao compararmos, por exemplo, os perfis de renda para duas carreiras como medicina (alto prestígio) e letras (baixo prestígio) entre 1973 e 1977 (veja figura 5). É forçoso notar que, ao contrário de 1973, em 1977 estes perfis tornam-se bem mais diferenciados, sendo as vagas de medicina ocupadas por candidatos de rendas bem mais altas que as vagas de letras.⁸ Esse processo dá-se através de dois mecanismos principais:

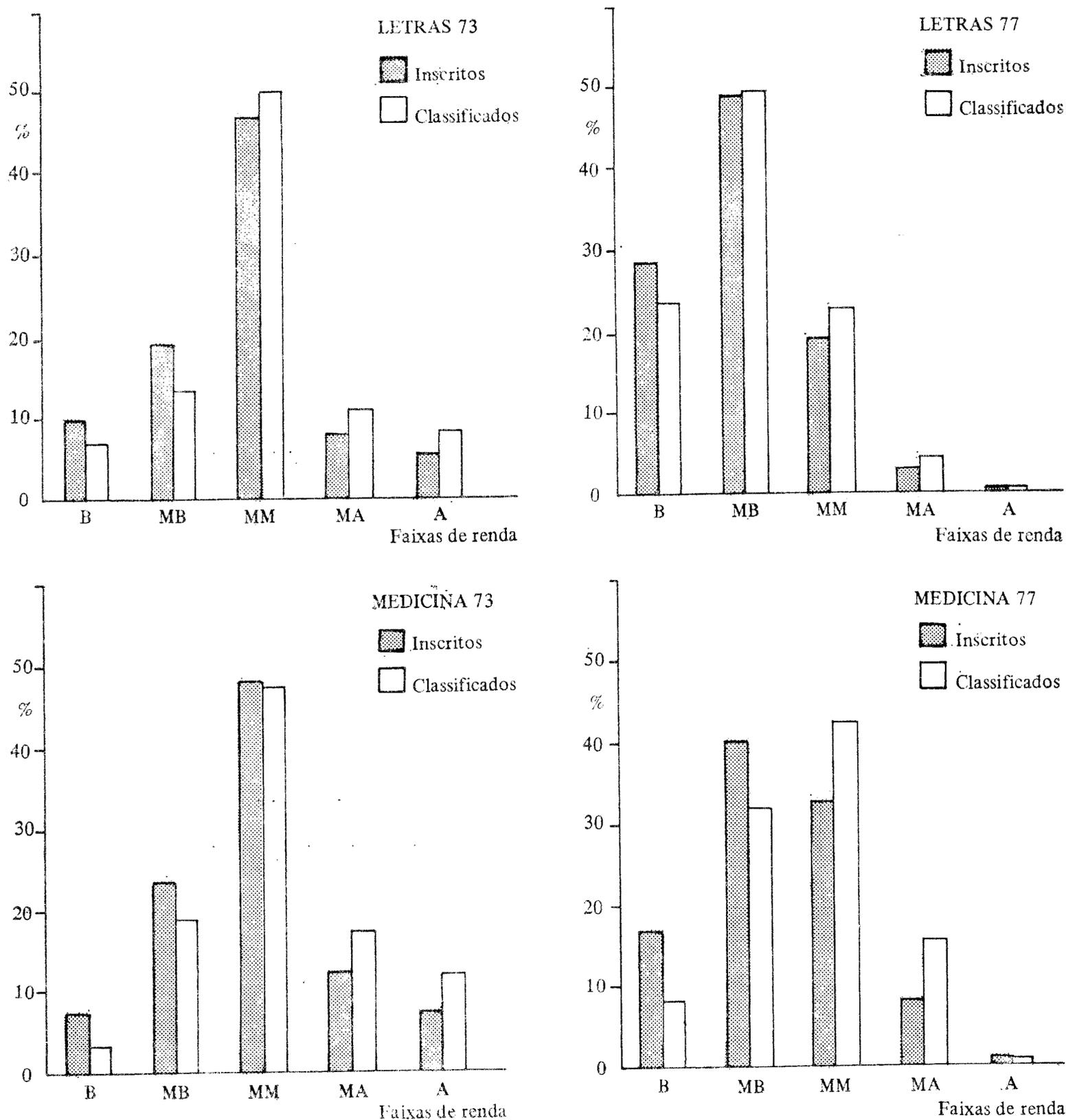
— Há uma pré-seleção, na escolha da carreira, por ocasião da inscrição para o vestibular. A transparência de informações sobre os níveis de desempenho mínimos dos classificados de cada carreira nos anos anteriores faz com que carreiras como engenharia, medicina etc. não sejam procuradas pelos candidatos de baixo desempenho escolar. Já as carreiras de menor prestígio, como, por exemplo, letras, educação etc. atraem sobretudo esses grupos e tendem a afastar os grupos de maior renda, que são justamente os academicamente mais aptos.

— A seletividade do vestibular é muito maior para as carreiras de maior prestígio do que para aquelas de prestígio menor, fazendo com que nestas últimas carreiras o fator sorte passe a ter um peso importante. Convém observar que são estas as carreiras onde o aumento da oferta de vagas em alguns anos foi superior ao próprio aumento dos candidatos.

⁸ Como as comparações relevantes são no mesmo ano (isto é, letras e medicina, ambos em 1973), não padecem das limitações apontadas no item anterior.

Figura 5

Evolução do perfil de renda familiar para candidatos inscritos e classificados nas carreiras de Medicina e Letras nos vestibulares entre 1973 e 1977

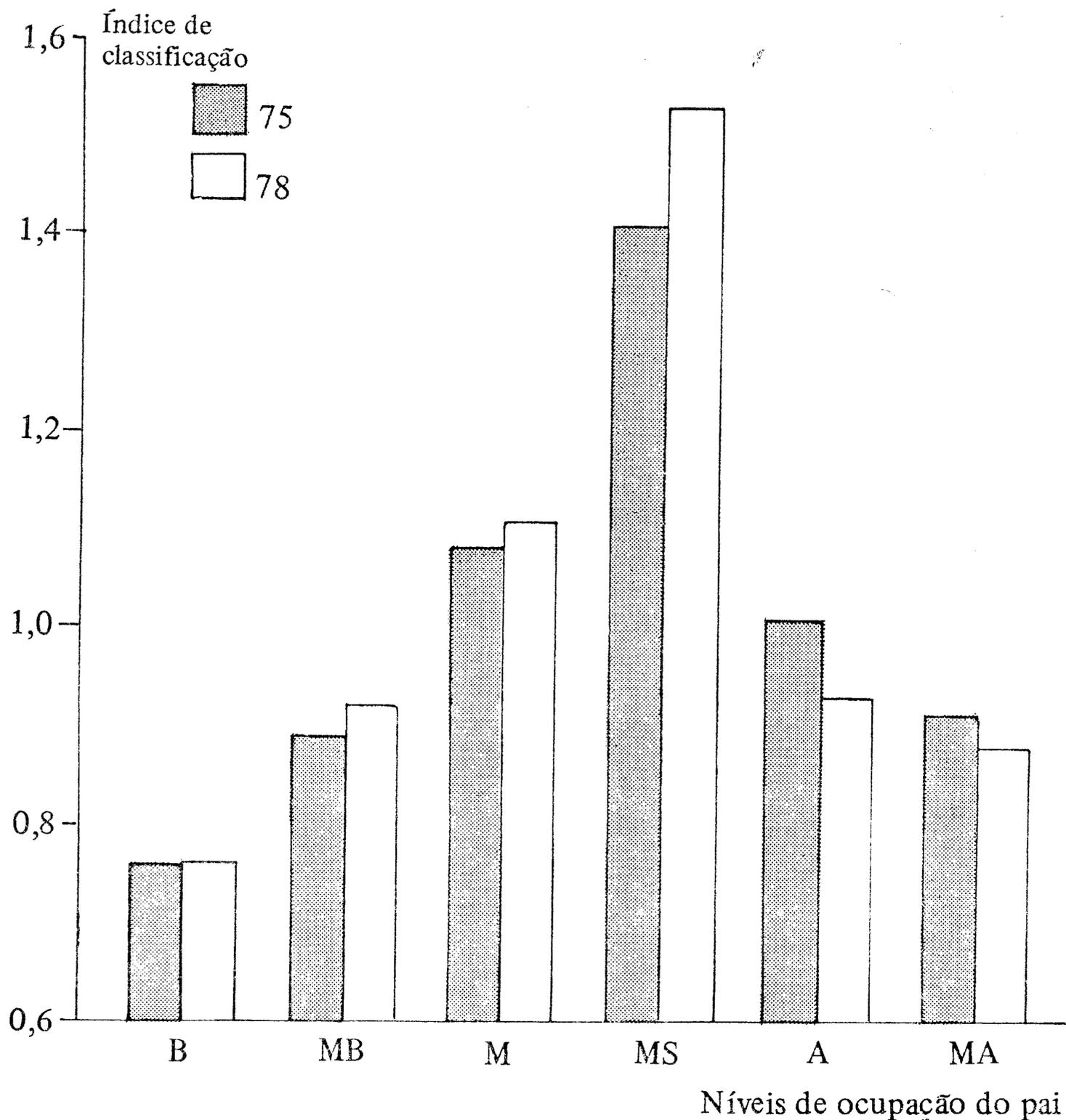


Nota: O código referente às faixas de renda é o mesmo da Figura 3.

Os dados de ocupação do pai, ainda que disponíveis apenas para os totais de candidatos e não para carreiras, podem ser utilizados para corroborar as conclusões acima. Utilizando dados entre 1975 e 1978, podemos

Figura 6

Índice de classificação no vestibular por nível de ocupação do pai do candidato nos anos de 1975 e 1978



Fonte: Cesgranrio

A escala de prestígio ocupacional é: B = baixo; MB = médio baixo;

M = médio; MS = médio superior; A = alto; MA = muito alto.

observar que os índices de classificação⁹ para os níveis de prestígio ocupacional do pai¹⁰ diminuem para os níveis alto e muito alto e aumentam para os níveis médio e baixo (veja figura 6). Podemos inferir que o

⁹ Relação entre o percentual de classificação e o percentual de candidatos em cada grupo.

¹⁰ Lewin, Helena. op. cit. p. 169.

aumento da pré-seleção dos candidatos de mais alta renda pelas carreiras de maior prestígio (mais seletivas), e de candidatos de mais baixa renda pelas carreiras de menor prestígio (menos seletivas) tenha provocado este efeito.

O que foi dito para as carreiras também se aplica às instituições, fazendo com que as instituições que recebiam os melhores alunos (as oficiais) tendam a ver melhorada ainda mais a sua clientela, distanciando-se assim, cada vez mais, das instituições menos procuradas (as particulares). Esta constatação leva-nos a uma conclusão triste de que as classes sociais altas dirigem-se para as instituições gratuitas enquanto às camadas de mais baixa renda resta a alternativa do ensino pago.

Ocorre, ademais, que esse aumento no acesso das classes baixas se dá nas carreiras que mais rapidamente se desprestigiam, onde é mais difícil conseguir emprego e onde os níveis médios de remuneração são menores. Ou seja, há uma crescente diferenciação interna da universidade. Os vestibulandos de nível socioeconômico baixo cada vez menos conseguem atingir as carreiras mais almejadas.

Estes resultados merecem maior reflexão. De um lado, vemos as instituições particulares recebendo cada vez mais os que menos podem pagar, ao mesmo tempo em que contam com alunos de aptidões acadêmicas cada vez mais limitadas. A combinação desses alunos com os modestos recursos com que podem contribuir gera um aproveitamento escolar que, embora não tenha sido medido, possivelmente deixa muitíssimo a desejar.

Note-se ademais que este contraste se apresentaria de forma ainda mais marcante com respeito às instituições que não participam do Cesgranrio.

Pelo que se pode inferir de indicadores pouco sistemáticos, seu nível, na grande maioria dos casos, é inferior ao das escolas integrantes do Cesgranrio.

Ainda mais grave é o distanciamento entre carreiras. Nas áreas de menor prestígio observamos uma competitividade limitada (baixa relação candidato/vaga). Ademais, opera-se nelas um processo de seleção natural pelo qual os candidatos tendem a escolher suas carreiras de acordo com sua capacidade de competir no vestibular. Como resultado, observamos no vestibular escores muito baixos, aproximando-se daqueles que seriam obtidos por respostas ao azar. Na medida em que essas carreiras têm um papel importante na sociedade, a queda na aptidão acadêmica dos seus candidatos é causa para preocupação.

A tabela 4 mostra-nos as médias obtidas por grupos de candidatos em duas disciplinas representativas, português e matemática. Tomamos duas áreas que recrutam no topo da distribuição de aptidões acadêmicas — engenharia e medicina — e duas áreas que recrutam na base — educação e letras.

Os resultados são muito expressivos. Podemos ver que tanto os engenheiros como os médicos se saíram muito melhor do que os candidatos de letras e educação, mesmo em português. Em matemática as diferenças são ainda mais dramáticas. De fato, uma média de 2,3 é praticamente a nota mais provável para respostas ao acaso. Para algumas faculdades, esta média está abaixo deste valor.

Tabela 4
Médias de desempenho dos candidatos ao vestibular
por áreas e disciplinas selecionadas — Rio, 1979

	Disciplina	
	Português	Matemática
Geral:		
Inscritos	4,2	2,7
Classificados	5,5	3,7
Carreiras:		
Classificados em:		
Medicina	6,7	4,8
Engenharia	5,1	4,4
Educação	4,1	2,3
Letras	4,6	2,5

Fonte: Cesgranrio.

7. VESTIBULAR: DOS BANCOS ESCOLARES AO BANCO DOS RÉUS?

Usando os exames do vestibular como instrumento de medida, verificou-se neste estudo que: a) há uma queda nos níveis de aptidão acadêmica dos alunos, pelo menos nas matérias da área técnico-científica (matemática, física etc.); b) os alunos de níveis socioeconômicos mais baixos apresentam rendimentos inferiores; c) ao longo do tempo parece haver uma estabilidade na participação na universidade das distintas camadas da sociedade; d) a distância entre cursos e instituições de alto e baixo prestígio vem aumentando, prejudicando talvez os níveis sociais mais baixos que tendem a concentrar-se nos grupos que se tornam mais fracos e desprestigiados.

Sendo mais do que um mero instrumento de medida — servindo de fato como meio de triagem — o vestibular é acusado de muitas coisas, inclusive de produzir alguns dos resultados apresentados acima.

Embora esta categoria de discussão fuja do escopo do presente ensaio, não podemos deixar de pelo menos referirmo-nos a certas questões centrais do processo de seleção para o ensino superior. O tratamento oferecido é superficial e provocativo.

Em qualquer sociedade, há menos posições no topo do que na base da pirâmide — há sempre mais soldados do que generais. Poder, prestígio e bens materiais quase sempre tornam mais cobiçadas as posições mais elevadas. Como subir, como chegar ao topo?

Diversas formas de comparação de vigor físico foram usadas na antigüidade ou em tribos que ainda se encontram em fases líticas. Mais adiante, estratificam-se as sociedades, sendo *status* e poder transferidos de pai para filho. Hoje, contudo, o grau de mobilidade é bastante maior. Como quase todos querem subir, daí resulta a competição. Em parte, o desempenho no mercado de trabalho é decisivo. Contudo, o desempenho educativo influencia fortemente as chances de êxito. Em meio a tudo isso, permanece um resíduo de influência familiar de magnitude pouco conhecida.

Utopias à parte, como proceder quando há mais candidatos às universidades do que vagas? Aumentar ainda mais as vagas (já temos mais universitários do que a Alemanha), quando, pelos critérios da Unesco, mais de dois terços de nossa população não é funcionalmente alfabetizada? Parece razoável admitir que é necessário selecionar.

De resto, quase todos os países o fazem. A variedade é mais aparente do que real. Quando há vagas para todos os pretendentes, ou há uma triagem severa no ano inicial, ou a concorrência é para determinar quem freqüentará os bons programas. Nos Estados Unidos há o Sat, nos países socialistas há severos vestibulares.¹¹ Elaborados e numerosos sistemas de triagem por notas e recomendações são utilizados por todas as partes.

¹¹ Sanyal, Bikas & Josejowicz, Adan, eds. *Graduate employment and higher education*. Paris, IIEP/Unesco, 1978.

Se houver um mecanismo de seleção, importa menos o seu nome do que como funcionará. O que buscamos selecionar? Esta pergunta deverá ser respondida tendo em vista o que se tenta ensinar na universidade. Talvez a universidade devesse ser diferente; mas esse, a rigor, não deve ser um problema de vestibular. Seu papel é buscar identificar as qualificações exigidas na universidade. Tal como é a universidade, espera-se que dentre os postulantes sejam escolhidos os que melhores chances têm de dominar os seus conteúdos usuais. Não é fácil nem óbvio determinar quais as aptidões desejáveis na universidade, mas, em última análise, com acertos e tropeços, é isso que o vestibular deve buscar.

Haverá quem negue a legitimidade de uma escolha baseada puramente no mérito — definido pela probabilidade de êxito subsequente. Esta é uma questão ideológica sobre a qual temos algo a adicionar.

Se admitimos que, de fato, queremos escolher os mais aptos para a vida universitária, podemos perguntar se o vestibular está cumprindo a sua missão. É de suma importância entender que esta é uma questão empírica e, mais ainda, que se insere em uma área onde já existem tradição e técnicas de análise.

O que quer que se use como mecanismo de seleção, a) deverá coincidir ao máximo com o que exigirá a universidade; b) deverá selecionar eficientemente, isto é, imputar maior número de pontos àqueles que melhor conheçam os conteúdos definidos ou que revelem maior aptidão acadêmica para os cursos pretendidos.

Com relação ao segundo item, os bons centros de preparação de vestibular costumam estimar os coeficientes de discriminação e fidedignidade dos testes. Ao longo do tempo, vêm melhorando muito as características técnicas das provas, que hoje obtêm níveis de qualidade respeitáveis em termos dos padrões internacionais, embora ainda possam ser consideravelmente aperfeiçoadas. Note-se que esta é uma área onde o leigo tem pouco a dizer e a intuição de quase nada vale.

A primeira questão é mais difícil. Memorizar fatos e datas não é o que se espera seja necessário para o êxito na universidade. Ademais, os críticos do vestibular lamentam a ausência de avaliação de dimensões tais como criatividade nas provas de múltipla escolha. Trata-se de um diálogo de surdos.

Se partimos de mais de 100 mil candidatos, há limites práticos ao sistema de seleção. Devemo-nos perguntar até que ponto a prova de múltipla escolha usada com inteligência pode testar funções cognitivas mais elevadas, e qual a correlação entre o que se pode testar desta forma e as outras funções (originalidade, criatividade, inventividade etc.) mais refratárias a métodos de massa ou mesmo à qualificação.

Ao que parece, há bastante escopo para aumentar a dosagem de questões que meçam habilidades intelectuais elevadas, tais como compreensão, aplicação e análise, em detrimento de questões de memória. Supõe-se que há boas razões para fazê-lo, embora as suas vantagens ainda não tenham sido demonstradas de forma definitiva.

Deveríamos indagar mais acerca da associação entre o que se mede e o que se gostaria de medir. A presença da redação permite que se faça um teste interessante. Podemos supor que esta capte várias das dimensões que faltam na múltipla escolha. É revelador encontrarmos um coeficiente de correlação da ordem de 0,46 entre as notas de redação e os escores no teste de português em 1979.¹² Considerando que obtemos em geral uma correlação a partir de 0,6 entre os dois testes que buscam medir a mesma coisa, vemos que o presente vestibular diverge relativamente pouco de um critério de escolha via redação.

O que tentamos sugerir, em última análise, é que, embora exista ampla margem para melhoria do sistema, não parece haver inovações que possam dar ao vestibular um perfil muito diferente do que tem.

Possivelmente, os maiores dilemas dos exames vestibulares têm menos a ver com a qualidade dos seus instrumentos do que com a sua função paradigmática do ensino secundário. O vestibular é o modelo. A escola secundária segue os currículos do vestibular, pauta-se pelo seu nível de exigência e imita o seu estilo de aferir conhecimentos. Não fica contudo claro que, de fato, o vestibular possa induzir as escolas a levar o aluno a dominar certos conteúdos específicos. Esta é uma questão em aberto.

Se para passar em química é preciso saber geografia, a escola tentará ensinar geografia. Se basta estudar química, física e matemática, geografia passará a ser ficção. Há um nexos quase mecânico entre as exigências do vestibular e a alocação do tempo do aluno entre disciplinas.

¹² Em 1978 a correlação foi ligeiramente inferior (0,41), uma vez que em 1979 foi usado menor rigor na correção dos erros de concordância e de ortografia.

O nível de exigência e a complexidade do conhecimento requeridos são sugeridos pelo vestibular. Se esse conhecimento em algumas áreas está muito acima daquele que os alunos efetivamente dominam, as médias podem aproximar-se do que seria obtido por acerto casual (20% no caso de cinco alternativas). Na prática, as provas são construídas levando-se em conta a heterogeneidade dos candidatos, abrindo-se o mais possível o leque de exigências e de complexidade em cada prova para manter seu poder de discriminação. Esse esforço em certas disciplinas parece fracassar, já que requereria questões ridiculamente elementares. Isso significa que as provas perdem seu poder de discriminação, aprovando o aluno por sorte e não por mérito. Esse é um dos grandes dilemas do vestibular. Pelo fato de seus organizadores sentirem que deve continuar sendo um paradigma das exigências do ensino superior, em casos extremos de carreiras pouco competitivas ele passa a ser uma loteria universitária. A introdução de um nível eliminatório nas provas reduzirá muito esse problema.

Finalmente, por ser utilizada no vestibular, a técnica da múltipla escolha chega ao secundário. Isso é lamentável, já que a abrangência do teste, o número de atributos a serem medidos e a rapidez de correção necessários a um exame de momento, como o vestibular, não são qualidades relevantes num programa de avaliação ao longo da vida escolar do estudante. Enganam-se aqueles que pensam que tal técnica requer para a sua resposta um adestramento especial. As melhores qualificações no vestibular não são obtidas por alunos adestrados nessa pseudo-arte. De resto, é curioso lembrar que jamais foi encontrada correlação estatística entre frequentar cursinho e ser aprovado no vestibular — divirtam-se os leitores decifrando esse resultado!

Terminamos lembrando que esse ensaio passou em revista, em tom circunspecto, a evidência disponível acerca da origem social e da evolução da clientela da universidade. Como o vestibular é ao mesmo tempo medida e condicionante de alguns desses resultados, nessa última parte questionamos os papéis do vestibular. Deixando um pouco de lado a segurança dos números e a tentativa de demarcar áreas de consenso, passamos a uma discussão mais audaciosa e controvertida, buscando tão-somente convidar o leitor para um debate que se faz necessário.

AOS LEITORES

No artigo, "O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus" de Luiz Antônio Cunha, publicado em *Forum Educacional* 3/79 observar: pág. 27: Quadro 4, na coluna referente 1880 ler na 3ª linha 196; pág. 34, 4ª linha, Antonio de Araújo Freitas Henriques; pág. 40, acrescentar na 16ª linha o seguinte: O programa de estudos da Escola Noturna de Adultos com as modificações que se seguiram aos primeiros estatutos, deveria ser desenvolvido em oito classes (graus), ou quatro anos, com o seguinte conteúdo: pág. 43, Quadro 8, na 2ª coluna (Profissões) ler: Gravador 1, Fundador de tipos 1, Modelador 1; pág. 45, Quadro 9 no título, ler: Número de matrículas nas escolas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional — 1871-1891.